O direito fundamental ao trabalho infantil: possibilidades e desafios

The fundamental right to children's labor: possibilities and challenges

Del derecho fundamental al trabajo infantil: posibilidades y retos

Este artigo tem como cerne a análise da prática de exploração do trabalho infantil. A partir de uma abordagem histórica, que mostra a evolução do papel da criança e do adolescente dentro da sociedade, chega-se à questão de sua exploração ao longo da história. A seguir, delimitam-se, de forma sucinta, os caminhos que levaram aos direitos e às garantias atuais presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). De forma a garantir uma melhor compreensão do tema e de toda a problemática em questão, abordaram-se alguns aspectos sobre a família, a sociedade e o Estado, tratando-se da questão da responsabilidade solidária existente entre eles, prevista na Constituição Federal de 1998 e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

This dissertation focuses on the analysis of the practice of exploration of infantile work. Starting from a historical approach that shows the evolution of the child's paper and of the adolescent inside of the society, it gets to the subject of his/her exploration throughout history. To proceed, they are delimited, in a brief way, the paths taking to the rights and warranties currently present in the Child's Statute and of the Adolescent (Law nº 8.069/90). In order to guarantee a better understanding of the theme and of the whole problem, some aspects were approached on the family, the society and the State, dealing with the subject of the existing joint responsibility among them, foreseen in the Federal Constitution of 1998 and in the Child's Statute and of the Adolescent.

Este artículo tiene como eje el análisis de la práctica de explotación del trabajo infantil. A partir de un abordaje histórico, que muestra la evolución del papel del niño y del adolescente dentro de la sociedad, se llega a la cuestión de su explotación a lo largo de la historia. A seguir, se delimitan los caminos que llevaron a los derechos y garantías actuales presentes en el Estatuto del Niño y del Adolescente (Ley nº 8.069/90). De forma a garantizar una mejor comprensión del tema y de toda la problemática en cuestión, se abordaron algunos aspectos sobre la familia, la sociedad y el Estado, tratándose de la cuestión de la responsabilidad solidaria existente entre ellos, prevista en la Constitución Federal de 1998 y en el Estatuto del Niño y del Adolescente.

Palavras-chave: trabalho infantil, direitos humanos, Eca, políticas públicas, erradicação

Autora:
Luzia Stael Alves Carvalho

Luzia Stael Alves de Carvalho: Titular da Graduação da Universidade Estácio de Sá, UNESA – Rio de Janeiro, Mestre em Direito Público e Evolução Social (Direitos Fundamentais e Novos Direitos), Especialista em Direito Processual Civil, Formação de Docentes Universitários em Educação, Magistério Superior em Direito, Graduada em Direito – lecionando Sociologia Jurídica, Direito Constitucional Aplicado, Direito Penal Aplicado, Direito da Criança e do Adolescente e Sociologia do Crime e da Violência.

E-mail: l.stael@globo.com

O trabalho infantil no país desenha um triste quadro. De norte a sul, o panorama é descortinado em longas jornadas, trabalhos pesados, injustos, perigosos e mal remunerados, apesar dos esforços de autoridades e de órgãos governamentais e não-governamentais de todo o mundo para contê-lo. Neste artigo, busca-se a delimitação dos fatores sociais, políticos e econômicos que interferem diretamente nesse quadro vergonhoso. Também elencam-se os esforços por parte da sociedade civil organizada e do Estado para resolver a questão da exploração infanto-juvenil.

Quando se fala em Estado, entende-se o Poder Executivo, pois, no que diz respeito aos Poderes Judiciário e Legislativo,

verifica-se uma contribuição eficaz no sentido de pôr fim aos abusos no uso da mão-de-obra infanto-juvenil, seja julgando ações, editando leis que visam atender às necessidades primárias dos jovens de acordo com a Constituição Federal, seja fazendo valer o princípio da proteção integral.

Além da problemática da exploração do trabalho infantil em si, examinam-se as diretrizes a serem seguidas para o combate e a erradicação deste problema, que desafia várias normas regulamentadoras do trabalho em todo o planeta, deixando clara a necessidade de reformulação das estruturas política, social e jurídica.

Aspectos históricos do papel da criança e do adolescente na sociedade

A Idade Antiga, em particular a civilização grega, é comumente tomada como um marco inicial para a compreensão da atuação da criança e do adolescente na sociedade.

A Grécia foi – senão o mais importante – um dos primeiros povos a delinear a função do jovem na pólis. Desde muito cedo, o jovem era separado de sua família e colocado sob um sistema rígido de educação, no qual desenvolvia, por meio de exercícios coletivos, suas aptidões físicas e intelectuais para compor o corpo e alcançar o status do cidadão grego. O fato é que, na Idade Antiga – limitando-se aqui à Grécia –, o jovem do sexo masculino era utilizado como instrumento para a expansão da força militar, resultando em sua participação expressiva na sociedade.

Com a chegada da Idade Média, estabeleceu-se o sistema feudalista de produção. Dentro desse paradigma, novos rumos

foram traçados para as crianças e os adolescentes, que, em um primeiro momento, foram reduzidos da pouca presença à exclusão social. Naquele momento, a infância tornou-se obscura e isenta de qualquer relevância no âmbito social. Era a ausência do chamado “sentimento da infância”, denominado por Ariès, que assim o descreve: “O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem”.¹

A austeridade moral imperava na época. Os jovens revelavam-se impotentes perante as regras familiares, uma vez que os adultos discutiam livremente e com naturalidade suas particularidades na presença de crianças e adolescentes, pois, em suas concepções, isso não afetava a formação moral infantil. Tal visão decorre do fato de os adultos verem as crianças como seres sem expressão, ou seja, assuntos sobre sexualidade, família, dentre outros, não poderiam macular a inocência infantil, mesmo que despojados na prática de intenções inequívocas. A opinião infantil, segundo eles, era indiferente.

Somente quando a criança passava a ter condições de se cuidar sozinha, sem o auxílio constante de familiares, podia “ingressar” na fase adulta. Não havia uma fase intermediária – a adolescência. Por volta dos sete anos, já faziam parte do mundo dos adultos, e passavam a desempenhar atividades coletivas e sociais.

Com o advento da Idade Moderna, a decadência do feudalismo e a conseqüente introdução do mercantilismo, o sentimento da infância passou a ser objeto tanto de interesses psicológicos como morais, não só para a Igreja mas também para a família. Segundo Ariès, a criança passou a ocupar um lugar central dentro da família, que voltou suas preocupações para o futuro e a existência dos jovens.

Cada vez mais, a educação tornava-se indispensável à vida moderna, impulsionando o combate às idéias absolutistas impostas pelo regime monárquico. O Renascimento, a Reforma Protestante, entre outros movimentos sociais, fortaleceram a participação dos modernistas na busca pela construção de um novo cidadão a partir do processo educacional infantil. Passou-se, então, ao objetivo de moldar a educação infantil na perspectiva de poder, assim, moldar o adulto. Começou-se, a partir daí, a se ampliar a preocupação com o futuro das crianças.

Com a implantação do sistema capitalista, o ensino educacional obteve maior destaque; afinal, a livre concorrência requeria habilidades econômicas significativas por parte daqueles que desejavam obter lucros.

A divisão dos meios de produção gerou novas “funções” para crianças e adolescentes, que se tornaram fontes de exploração e consumo. Exploradas, representavam a habilidade no processo de aprendizagem do manuseio de máquinas; as mãos pequenas facilitavam o alcance de determinados espaços estreitos da maquinaria, aonde normalmente a mão adulta não chegava. Além disso, os salários ínfimos recebidos convertiam-se em lucros a mais para os patrões, que pagavam por igual ou maior carga horária de trabalho um valor bem menor do que era pago aos adultos.

O crescimento do sistema capitalista fez com que a desigualdade social aumentasse e, como resposta, a necessidade de trabalho também cresceu, fazendo com que as crianças fossem forçadas ao trabalho para ajudar no sustento familiar. A conseqüência da vida moderna colocou à margem, para a maioria da população, certos valores e bens, como, por exemplo, a vida.

A realidade brasileira

O descobrimento do Brasil, resultante da expansão marítima de Portugal e de sua contínua busca por novas terras para a exploração de riquezas, deu início à primeira etapa da história nacional: o Brasil-Colônia (1500-1822). As crianças e os adolescentes indígenas foram um dos maiores alvos desse período. Submetidos à catequização jesuíta, viam-se acuados perante tamanha repressão. Essa imagem cristã, investida nos pequenos e jovens índios, na verdade tencionava alcançar duas finalidades primordiais, segundo Veronese:² 1) servir como instrumento opressivo à cultura, classificando-a incivilizada e inferior à portuguesa; 2) justificar as práticas culturais, até então estranhas ao universo europeu, denominando-as de obras demoníacas.

Qualquer resistência física e cultural era entendida pelos jesuítas como uma tentação demoníaca, como uma assombração ou uma visão terrível. Ao contrário dos indígenas, os negros já estavam mais habituados com os trabalhos agrícolas e de exploração mineral, atividades que já eram por eles desenvolvidas em seu país de origem.

Desde muito cedo, as crianças africanas ingressavam no ciclo de exploração sem vivenciar a infância, dedicando-se inteiramente às horas intensas de trabalho forçado. O filho da escrava era uma criança cuja mãe biológica era freqüentemente ausente, criado sem referências parentais seguras, de forma que todos os homens da comunidade podiam simbolizar a mãe ausente.

Mesmo com a aprovação, nos idos de 1871, da “Lei do Ventre Livre” ou “Lei Visconde do Rio Branco”, não houve modificação eficaz na posição dessas crianças no contexto social, uma vez que essa lei estabelecia que todos os filhos de escravos seriam considerados livres, mas, ao lado disso, admitia a prerrogativa de que os proprietários poderiam criá-los até os oito anos, ou poderiam entregá-los ao governo e receber uma indenização, ou ainda mantê-los até os 21 anos, utilizando seus serviços como forma de ressarcimento pelos gastos havidos com seu sustento. Com a abolição da escravatura, portanto, a condição dos escravos não mudou, tendo em vista que, para poderem sobreviver, tiveram de oferecer seu trabalho e de se submeter às mais variadas humilhações – fato que, aliás, sem que se adentre a questão, subsiste ainda nos dias atuais, considerada as suas devidas proporções.

Com a intervenção da medicina na redefinição de hábitos, a figura do imberbe passou a ser considerada como objeto de cuidado e desvelo, de forma que todas aquelas transformações ocorridas na Europa em relação à criança e ao adolescente – tais como a descoberta do sentimento da infância, o advento da disciplina e da educação como parte da vida infanto-juvenil – surtiram aqui também seus efeitos. A diferença reside no fato de que a sociedade brasileira estava marcada tanto pela variação etária, como pelo acentuado desnível social. As mudanças sofridas nos países de largo desenvolvimento econômico chegavam por aqui muito tarde, e a população, de um modo geral, era forçada a uma adaptação brusca.

Essa tentativa incessante, por parte dos variados governos, de acompanhar a dinâmica econômica externa sem consultar a estrutura social e política nacional, provocou a queda econômica de várias camadas sociais e também de concepções até então estáveis.

Ocorre que os maiores alvos daquela situação degradante eram os infanto-juvenis, que, além de serem vítimas do poder autoritário do pai, passaram a sofrer intervenções do poder

¹ ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p. 156.

² VERONESE, Josiane Rose Petry. Papel da criança e do adolescente no contexto social: uma reflexão necessária. S.l., 2000.

estatal. Esta interferência obrigou o Estado a reconhecer juridicamente as crianças e os adolescentes como cidadãos, provendo legalmente alguns de seus direitos, e desvendando, por outro lado, a falha do sistema estatal que não os havia tutelado até então. Devido a isso, o poder estatal era obrigado muitas vezes a aceitar tacitamente a condição de inferioridade e a conseqüente submissão destes cidadãos.

Conclui-se, dessa forma, por esse breve contexto histórico, que houve um processo lento e sacrificante para crianças e adolescentes, que, durante muito tempo, permaneceram bem mais distantes dos interesses sociais da maioria e, conseqüentemente, das expectativas para a realização concreta de seus direitos.

Em um primeiro momento, a inexpressividade de suas opiniões, de suas angústias, de seus medos e de seus receios deixava-os à margem da sociedade. Não passavam de seres que obrigatoriamente tinham de crescer para adquirir algum valor no círculo social. E, quando se apontou a modernidade, com todo um investimento em educação, pensou-se que as crianças e os adolescentes teriam, de fato, os que lhes era devido – atenção especial, educação dirigida, entre outros –, mas a necessidade frenética do lucro, com o capitalismo se aproximando e situando seus interesses acima de tudo e de todos, não garantiu que esses direitos fossem postos em prática.

Nem sempre a criança e o adolescente tiveram sua imagem tão divulgada como na atualidade. O que outrora era esquivado pela maioria e abafado pelas paredes da vida privada tornou-se público nos dias de hoje e veio revelar as verdadeiras condições a que muitos jovens eram – como ainda são – submetidos. Condições que infelizmente, apesar da evolução dos tempos e do reconhecimento de que se trata de uma parcela integrante da sociedade, cidadãos com suas individualidades e peculiaridades próprias, não apresentaram ainda a real solução para as questões reivindicadas, uma vez que a grafia e a retórica não foram capazes de proporcionar a efetividade social pleiteada pelas vozes infanto-juvenis.

Após longo percurso histórico, hoje, em nosso país, predomina uma grande mobilização da sociedade civil na tentativa de contribuir para inserir na Constituição Federal (1988) os direitos humanos da infância e da juventude, bem como materializar uma legislação especial que trate da criança e do adolescente abandonado e infrator como sujeito de direitos, sendo o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 fruto dessa aspiração social.

Assim, em 13 de julho de 1990, entrou em vigor a Lei nº 8069/90 (ECA). Baseado na Doutrina da Proteção Integral, veio pôr fim a situações repressivas do Código de Menores de 1979 e a políticas da Funabem, além de tantas outras que ameaçavam os direitos das crianças e dos adolescentes. O Estatuto apresenta uma nova postura a ser tomada tanto pela família, pela escola, pelas entidades de atendimento como pela sociedade e pelo Estado, objetivando resguardar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Observa-se que, ao longo dos anos, delineia-se um quadro de profundas desigualdades em nosso país, que, apesar de diversos instrumentos criados no intuito de minorá-las, tornou-se ainda mais complexo e diferenciado. As próprias decisões políticas (instrumentos criados) que deveriam atuar sobre a problemática apenas resultaram em uma cristalização ainda maior destas desigualdades sociais.

Proteção social e jurídica da criança e do adolescente no Brasil

Sem dúvida, foi a partir do século XVIII que surgiram na Europa mudanças radicais que influíram na história da criança. Os

levantamentos demográficos naquele período levaram a se considerar as crianças abandonadas e as prostitutas como forças de produção potenciais, visando, sobretudo, à promoção de colônias.

O discurso da igualdade e da felicidade de Rousseau, nessa época, ressaltava a preocupação em relação à criança e ao poder dos pais, a partir da idéia da família como única sociedade natural. Já Voltaire demonstrava o interesse do homem pela felicidade; não se esgotava como uma questão individual, mas diante da possibilidade de vivê-la na coletividade.

No Brasil, as idéias do século XVIII só chegaram no final do século XIX e início do século XX. Até então, o pobre era prioridade exclusiva da Igreja Católica e um de seus instrumentos de poder.

Segundo Irma Rizzini, no início do século XX o Estado passa a intervir no espaço social por meio do policiamento de tudo que seja causador da desordem física e moral e pela ordenação desta sob uma nova ordem.

Para tal, são importadas novas teorias e são produzidas novas técnicas, as quais serviram de subsídio para a criação de projetos, leis e instituições que integrem um projeto de assistência social, ainda não organizado em termos de uma política social a ser seguida em nível nacional.³

A infância pobre tornou-se alvo não só de atenção e de cuidados, mas também de receios. Denunciou-se a situação da infância no país: nas famílias, nas ruas ou nos asilos, o consenso é geral: a infância está em perigo.

Mas há um outro lado da questão, constantemente lembrado pelos meios médico e jurídico: a infância “moralmente abandonada” é potencialmente perigosa, já que, devido às condições de extrema pobreza, baixa moralidade, doenças etc. de seus progenitores, não recebe a educação considerada adequada pelos especialistas: educação física, moral, institucional e profissional. Ciências como a medicina, a psiquiatria, o direito e a pedagogia contribuíram com teorias e técnicas para a formação de uma nova mentalidade de atendimento ao menor.

A mentalidade repressora começou a ceder espaço a uma concepção de reeducação, de tratamento na assistência ao menor. Verificou-se, então, o surgimento de um novo modelo de assistência à infância, fundado não mais somente nas palavras da fé, mas também nas da ciência, basicamente médica, jurídica e pedagógica. A assistência caritativa e religiosa deu espaço ao desenvolvimento de um modelo de assistência calçado na racionalidade científica, em que o método, a sistematização e a disciplina têm prioridade sobre a piedade e o amor cristãos.⁴

Irma Rizzini, em análise acurada das instituições caritativas do século XIX, constata “a existência de uma preocupação com a formação de mão-de-obra, como era o caso do preparo para o trabalho doméstico nos asilos para meninas e o preparo de artesãos nos asilos para meninos. No entanto, o objetivo era, antes, impedir a deterioração moral destes indivíduos, do que profissionalizá-los”.⁵ Pelo exposto, nota-se que o objetivo moral se sobrepõe ao econômico. E Rizzini continua: “No século seguinte, percebe-se o crescimento em importância das perspectivas econômica e política da assistência, muito embora a justificativa moral se mantivesse”.⁶

³ RIZZINI, Irma. “A assistência à infância na passagem para o século XX – da repressão à reeducação”. Revista Fórum Educacional, 02/90. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

⁴ Ibidem.

⁵ Idem, p. 85.

⁶ Ibidem.

Neste ponto, cabe abrir parênteses para examinar, de maneira sucinta, alguns aspectos da lei civil em relação à família e à criança no período em análise.

O Código Civil, que entrou em vigor em 1917, era fruto de uma realidade social e jurídica do final do século XIX, influenciada pelas modificações estruturais introduzidas pelo Código de Napoleão na França e em toda a Europa no início do mesmo século. Assim, também a lei civil sofreu, naquela época, mudanças estruturais, modificando fundamentalmente a tutela do Estado em relação à família.

Ao classificar e distinguir os filhos como naturais, adulterinos e incestuosos, adotados, legítimos e ilegítimos, e valorizar sobremaneira o pai ou o marido, ao outorgar a essa figura total poder de decisão na família e na vida de seus membros, o Código Civil já apontava para algumas situações que demonstravam o interesse da sociedade em resguardar as relações familiares contra a violência.

Em 1917, a nova lei civil destinava-se a uma classe de cidadãos de uma certa camada social. Na prática, a tutela jurídica não atingia as famílias dos "mendigos", dos "vagabundos", das "prostitutas", dos negros recém-libertados. Os índios foram considerados por esta lei como relativamente incapazes, equiparados aos maiores de 16 anos e menores de 21 anos, às mulheres casadas e aos pródigos.

Efetivamente, a sociedade de então valorizava a família legítima, distinguindo-a, sobretudo, nos direitos patrimoniais, e o restante considerado como enjeitados ou "párias" desta sociedade. Outros aspectos legais relativos à criança merecem uma igual análise, haja vista as conquistas constitucionais a partir da independência e, posteriormente, a partir de 1943, a tematização da proteção do trabalho infanto-juvenil.

Optamos por limitar este trabalho a uma visão histórica de nossa legislação relativa à tutela da infância e da adolescência, em especial aos "desassistidos" e "abandonados" e aqueles considerados "infratores". Marcelo Gantus Jasmim lembra que

tanto o Código Penal de 1830, promulgado pelo Império, quanto o Código Penal de 1890, o primeiro da República, continham medidas especiais prescritas para aqueles que, apesar de não terem atingido a maioridade, tivessem praticado atos que fossem considerados criminais. Os cânones informadores de ambos os códigos, naquilo que diz respeito especificamente ao tratamento do menor, parecem-se bastante, deixando-nos perceber apenas diferenças na concepção que define as diversas idades da infância. O que organizava estes códigos era uma "Teoria da Ação com Discernimento", que imputava responsabilidade penal ao menor em função de uma pesquisa de sua consciência em relação à prática da ação criminosa.⁷

Algumas iniciativas legislativas merecem especial destaque, para que se possa visualizar a situação da criança em nosso país.

O Código Mello Mattos (1927) – como ficou conhecido –, por exemplo, representou o primeiro Código Sistemático de Menores do País e da América Latina. Tal código representou uma iniciativa precursora dentro da legislação brasileira, destacando-se pela assistência aos menores de 18 anos.

Ao definir, no Capítulo I, o objeto e a finalidade da lei, o Código de Menores de 1927 teve uma visão correspondente aos conceitos então vigentes, abrangendo em um mesmo entendimento o "menor abandonado" e o "menor delinquente", embora pretendendo oferecer a um e a outro "assistência e proteção".

Ao atentar para as situações da criança de menos de dois anos "entregue para criar fora da casa dos pais" e dos menores "expostos até sete anos de idade em estado de abandono", apresentou uma primeira perspectiva de integração e acalentou o propósito de evitar o abandono pela mãe, mediante conselho e, ao mesmo tempo, o sigilo que deveria revestir o processo de recolhimento. Além disso, ao voltar suas vistas para os menores abandonados (arts. 53 e seguintes), o Código Mello Mattos estabeleceu medidas relativas a seu "recolhimento" e seu encaminhamento a um lar, seja o dos pais, seja o de pessoa encarregada de sua guarda. Também a preocupação com o "trabalho do menor" já aparecia no Código Mello Mattos, limitando a idade mínima de trabalho aos 12 anos, além de proibir o trabalho noturno aos menores de 18 anos.

Sem descer às minúcias de cada caso, pode-se falar que o Código Mello Mattos representou a abertura de uma visão legislativa sobre o problema da criança e do adolescente em todos os seus aspectos, colocando o Brasil na vanguarda dos países latino-americanos e preparando-o para enfrentar a questão da infância desassistida, agravada pela problemática social no último meio século.

Após a promulgação do Código Mello Mattos, inúmeros decretos e decretos-lei se seguiram, visando à proteção especialmente do "menor infrator", e já aparecem leis especiais de proteção ao trabalho na infância e na adolescência. Uma delas foi a Lei nº 4.513/64, que criou a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM), com o objetivo de fixar as diretrizes fundamentais da política nacional do bem-estar do menor. Todavia, com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 12 de outubro de 1990 (Lei nº 8069/90), a Funabem foi transformada em Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA).

Mais adiante, o Código de Menores de 1979 (Lei nº 6.667) adotou a doutrina jurídica de proteção do "menor em situação irregular", que abrange os casos de abandono, prática de infração penal, desvio de conduta, falta de assistência ou representação legal, entre outros. Vale lembrar que a lei de menores era instrumento de controle social de crianças e adolescentes vítimas de omissões da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos. O Código de Menores não se dirigia à prevenção; cuidava do conflito instalado. Por mais de dez anos em vigor, o Código de Menores procurou atender à situação da época da forma mais condizente possível com a Lei Maior.

Traçado esse painel legislativo anterior ao advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ingressa-se em um princípio considerado de suma importância ao tema: o princípio constitucional de proteção.

Princípio constitucional de proteção

Dentre os chamados direitos humanos fundamentais, encontram previsão legal nos arts. 1º e 55 da Carta das Nações Unidas os princípios da autodeterminação dos povos, da não-discriminação e da promoção da igualdade. De acordo com o primeiro deles, a autodeterminação dos povos, o direito dos povos à livre determinação é um requisito prévio para o exercício de todos os direitos humanos fundamentais.

A expressão *direitos humanos* é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque, sem eles, a pessoa não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida.

Todos os seres humanos devem ter asseguradas, desde o nascimento, as mínimas condições necessárias para se torna-

⁷ JASMIM, Marcelo Gantus, "Para uma história de legislação sobre o menor", Revista de Psicologia, 4 (2), jul/dez 1986, p. 81.

rem úteis à humanidade, como também devem ter a oportunidade de receber os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar. Esse conjunto de condições e de possibilidades associa as características naturais dos seres humanos à capacidade natural de cada pessoa poder valer-se como resultado da organização social. É a esse conjunto de valores que se dá o nome de *direitos humanos*.

Todas as pessoas nascem essencialmente iguais e, portanto, com direitos iguais. Porém, ao mesmo tempo em que nascem iguais, todas as pessoas nascem livres. Essa liberdade está dentro delas, com sua inteligência e sua consciência. É evidente que todos os seres humanos acabarão sofrendo a influência da educação que receberem e do meio social em que viverem, mas isso não elimina sua liberdade essencial.

Os direitos humanos fundamentais independem de sexo, local de nascimento, cor da pele, classe social e econômica, como também não consideram o nome de família, a profissão, a preferência política ou a crença religiosa: foram feitos para todos os seres humanos.

O crescimento econômico e o progresso material de um povo têm valor negativo se forem obtidos às custas de ofensas à dignidade de seres humanos. O sucesso político ou militar de uma pessoa ou de um povo, bem como o prestígio social ou a conquista de riquezas, nada disso é válido ou merecedor de respeito se for alcançado mediante afronta à dignidade e aos direitos fundamentais dos seres humanos.

Nesse sentido, em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz, em seu artigo 1º, que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito".

Direitos humanos, pois, é um tema muito amplo. Em nosso caso, alguns fatores motivaram a delimitação deste estudo ao campo dos direitos infanto-juvenis, dos quais destacam-se dois: o primeiro, porque, dentre tantos segmentos subalternizados, alijados do acesso à realização plena de seus direitos como ser humano, a criança e o adolescente, por sua própria condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, caracterizam-se como o segmento mais vulnerável a estas violações; o segundo se deve à experiência dessa autora como profissional de Serviço Social no campo da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Diante de inúmeras declarações, tratados e documentos internacionais de proteção aos direitos humanos, pensa-se, de imediato, na posição de nosso país em relação aos acordos internacionais.

O Brasil assinou, em 1985, e ratificou, em 1992, a Convenção Americana de Direitos Humanos; ratificou ainda o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, apesar de não aceitar ainda a competência da Corte Interamericana para julgar os casos de violações cometidas no país.⁸ No entanto, pouco se vê de sua aplicabilidade na realidade social da maioria dos brasileiros, como se estivéssemos a falar de duas espécies de ser humano: um abstrato, ao qual se referem os documentos, e outro, real, ao qual tais preceitos não se aplicam.

Ao longo da história de nosso país, a solução para os problemas sociais sempre esbarrou em um sistema político autoritá-

rio de manutenção de privilégios, que tem raízes na própria formação de nossa sociedade.⁹

Nesse sentido, "todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a independência política ao golpe de 64, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 30), encontraram uma solução 'pelo alto', ou seja, elitista e antipopular",¹⁰ que não escondeu a intenção explícita de manterem subalternizadas e reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais "de baixo".

No Brasil, como em outros países colonizados, a transição para o capitalismo não se deu pelas "vias clássicas", ou seja, não conheceu insurreições populares hegemônicas por uma burguesia liberal, nem a extinção radical das antigas instituições políticas e sociais ou das velhas formas de apropriação e exercício do poder.

Sempre vivemos processos de modernização excludentes, que consistem essencialmente em arranjos entre frações de classes dirigentes e na permanente tendência a excluir grande massa da população de uma participação tanto das decisões políticas quanto dos benefícios da modernização e do processo econômico. Este tipo específico de capitalismo brasileiro gerou um fenômeno extremamente perverso de exclusão das grandes maiorias da vida nacional.¹¹

Na realidade brasileira, verifica-se o injusto contraste entre a miséria absoluta da maioria dominada e a total riqueza da minoria dominante, em um processo constante de violação dos direitos desta maioria.

Em um breve olhar, pode-se apontar um quadro marcado pela desigualdade em seus aspectos fundamentais, com uma enorme distância entre o ideal do estado democrático e a realidade brasileira. A aplicabilidade dos direitos humanos na realidade brasileira passa por relações sociopolíticas entre cidadãos. Sua não-realização revela uma democracia sem concretização e acirra as diferenças sociais e de classes existentes nessa sociedade.

Ao estender a análise dos aspectos sociais, políticos e econômicos que determinam a realização dos direitos humanos no Brasil, pode-se constatar, de forma exemplificada, como se processa historicamente a discriminação social dos subalternos, via crianças e adolescentes.

Trazendo a problemática para a questão do trabalho infantil, verifica-se que esta causa muitas controvérsias no que concerne aos direitos humanos. Apesar de as convenções da OIT tentarem obter, de formas sucessivas, a regulamentação universal sobre o trabalho infantil, vários países não ratificaram algumas das convenções e recomendações. Nesse sentido, alguns movimentos se fundamentam sobre os direitos humanos para legislar sobre o trabalho infantil.

O melhor documento sobre os direitos das crianças, após a Declaração dos Direitos das Crianças de 1959, da ONU, é a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, também da ONU, ratificada por praticamente todas as nações. A Convenção de 1989 é usada por muitos movimentos e programas internacionais na luta pela erradicação do trabalho infantil e na promoção de todos os direitos humanos das crianças. Assim como a educação é um dos direitos das crianças, o trabalho também é um direito humano.

⁸ Norberto Bobbio, em *A era dos direitos*, traduz muito bem a posição de diversos países neste trecho: "quando se trata de anunciá-los, o acordo é obtido com relativa facilidade, independente de maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições" (p. 24).

⁹ Ver em COUTINHO, Carlos N. e NOGUEIRA, Marco A. (org.). *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

¹⁰ Idem, pp. 106-7.

¹¹ ABREU, Haroldo de. *A trajetória e o significado das políticas públicas: um desafio democrático*. S.l., s.d.

A principal premissa desta Convenção é a de que todas as crianças nascem com liberdades fundamentais e direitos inerentes a todos os seres humanos. Em razão disso, este tratado internacional de Direitos Humanos está transformando a vida de crianças e de suas famílias ao redor do planeta. No Brasil, a Convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional em 14 de setembro de 1990 e inspirou a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os direitos fundamentais da criança e do adolescente são os mesmos direitos de qualquer pessoa humana, tais como o direito à vida e à saúde, à educação, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à cultura, ao lazer e ao esporte, à profissionalização e à proteção no trabalho. Esses direitos são garantidos na Constituição Federal (art. 5º) e consignados no Estatuto.

A garantia e a proteção de tais direitos devem ser exercidas assegurando aos seus beneficiários, quer pela lei, quer por qualquer outro meio, todas as facilidades para o desenvolvimento físico, moral, mental, espiritual e social, com dignidade e liberdade.

Não se pode esquecer, todavia, que a pedra angular dos direitos infanto-juvenis está assentada na Declaração dos Direitos da Criança, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, contemplando, entre seus dez princípios, a base jurídico-social da dignidade.

A questão da dignidade da pessoa humana vem tratada na Constituição de 1988 já em seu preâmbulo, quando este anuncia a inviolabilidade à liberdade e, depois, no artigo primeiro, com os fundamentos e, ainda, no inciso terceiro (a dignidade da pessoa humana); mais adiante, no artigo quinto, quando menciona a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à igualdade.

Mas o que significa esta dignidade? Significa que o homem não pode ser tratado como um ser qualquer, como um animal irracional, pois ele tem sua individualidade. Apresenta uma essência, que é própria da pessoa humana. Cada indivíduo é totalmente diferente do outro e o que nos identifica é essa essência de *ser pessoa*.

A única coisa capaz de garantir a dignidade da pessoa humana é a justiça. A dignidade é um valor supremo. O homem é digno pelo simples fato de ser racional, o que o diferencia dos outros animais. A dignidade é, portanto, um valor fundamental!

Com a Constituição de 1988, houve uma espécie de “redefinição do Estado brasileiro”, bem como de seus direitos fundamentais. Ao ler os dispositivos constitucionais, podemos deduzir o quanto foi acentuada a preocupação do legislador em garantir a dignidade, o respeito e o bem-estar da pessoa humana, de modo a se alcançarem a paz e a justiça social. A atual Constituição consagrou que a infância deverá ser considerada prioridade imediata e absoluta, necessitando de consideração especial, devendo sua proteção sobrepor-se às medidas de ajustes econômicos, sendo universalmente salvaguardados seus direitos fundamentais.

A Constituição de 1988 consagra a doutrina da proteção integral, ou seja, os direitos inerentes a todas as crianças e adolescentes possuem características específicas, por causa da peculiar condição de pessoas em vias de desenvolvimento, e políticas básicas voltadas para a juventude devem agir de forma integrada entre a família, a sociedade e o Estado. Com este novo paradigma, as crianças e os adolescentes deixam de ser tratados como objetos passivos, passando a *sujeitos de direitos*, comparáveis aos adultos, titulares de direitos fundamentais.

A prioridade absoluta constitucional em relação à criança foi posteriormente regulamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O menor na sociedade brasileira

O ECA revolucionou o direito infanto-juvenil, inovando e adotando a doutrina da proteção integral. Essa nova visão se baseia nos direitos próprios e especiais das crianças e adolescentes, que, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral.

É integral, primeiro, porque assim diz a Constituição Federal em seu artigo 227, quando determina e assegura os direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de qualquer tipo; segundo, porque se contrapõe à Teoria do Direito Tutelar do Menor, adotada pelo Código de Menores revogado, Lei nº 6697/79.

Para melhor compreender a amplitude da doutrina da proteção integral, que tem por objeto prático a concretização dos direitos enumerados no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, devemos conjugar os direitos aí presentes de forma a assegurar às crianças e aos adolescentes não somente a vida, mas também a qualidade da vida.

A rigor, todos os direitos especificados no estatuto podem ser considerados como complemento do direito à vida, que não pode ser concebida apenas como a sobrevivência física, mas exige a possibilidade de pleno desenvolvimento físico, psíquico e intelectual, com a satisfação das necessidades materiais, afetivas e espirituais. Além disso, é indispensável que inclua também a preparação da criança e do adolescente para a convivência pacífica e harmoniosa com os familiares e a comunidade, bem como provenha, com liberdade e dignidade, sua própria subsistência.

O mandamento constitucional e estatutário tem sua fonte no nono princípio da Declaração dos Direitos da Criança da ONU, que disciplina, em seu bojo, que a criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma a criança será levada a empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

A utilização do direito pelas crianças e pelos adolescentes torna-se um projeto de educação para as novas gerações e um investimento social de autoproteção para o homem.

Trabalho infantil

Apoiado no atual significado de trabalho precoce e em conceitos de infância e adolescência, seus direitos, limites psíquicos e físicos para a realização de determinadas atividades e o impacto que produzem em sua trajetória de vida, este tema alcançou, então, notória visibilidade.

Tal cenário – de resgate da criança a atividades próprias à sua idade – desenvolve-se lentamente. É de amplo conhecimento – porque divulgado pela mídia – que, ainda hoje, há exploração do trabalho infantil, com várias denúncias de crianças que, em idade muito tenra, ajudam suas famílias em lavouras. É certo que esta esfera da atividade humana necessita de ajustes e não podemos nos furtar a enfrentar as exigências do momento histórico.

Ao Estado, cabe zelar, prioritariamente, pela defesa dos direitos da criança. Todavia, esse papel a ele não está restrito, pois também é dever da família e de toda a sociedade (Constituição Federal, art. 227) assegurar à criança e ao adolescente o respeito aos seus direitos garantidos em lei.

Não há dúvida de que crianças e adolescentes são prioridades no que se refere à salvaguarda de seus direitos fundamentais (vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência

familiar e comunitária), devendo ser mantidos a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.¹²

Possibilidades e Desafios

Segundo a Unicef (1997), há quatro mitos que norteiam a exploração da mão-de-obra infantil que precisam ser derrubados para que sua erradicação torne-se mais eficaz. São eles:

1) Só há crianças trabalhando em países subdesenvolvidos. Na realidade, o trabalho infantil acontece em todos os países e “normalmente, as crianças exploradas pertencem a minorias étnicas ou a comunidades de imigrantes [...]” (Unicef, 1997:21);

2) O trabalho infantil ocorre especialmente em indústrias de exportação;

3) A única forma de erradicar o trabalho infantil é por meio de sanções e boicotes praticados como forma de pressão pelos consumidores e pelos governos;

4) Só será possível eliminar esse tipo de trabalho quando erradicarmos também a pobreza.

Propõe-se, aqui, que cada um reflita sobre os quatro itens acima elencados. Todavia, em razão da natureza deste trabalho, dentre esses quatro mitos, o último merece uma reflexão imediata.

É inegável que a pauperização das famílias faz com que os pais necessitem dos filhos para garantir a subsistência,¹³ tanto que, em regiões com maior taxa de desemprego, há um elevado número de crianças trabalhadoras. Porém, é preciso ter em mente o fato de que o próprio trabalho infantil reforça o vínculo vicioso da pobreza, na medida em que essas crianças, mesmo que freqüentem a escola, têm um rendimento escolar baixo, sem possibilidade de tornarem-se adultos com qualificação profissional. Como salienta o Unicef:

[...] sempre que uma criança é envolvida em trabalhos perigosos, alguém – um empregador, um cliente ou um pai – se beneficia de seu trabalho. É este elemento de exploração que é omitido por aqueles que vêem o trabalho infantil como um fator inseparável da pobreza.¹⁴

Discutir a relação entre a pobreza e o trabalho de crianças e adolescentes não significa dizer que este não seja causado também por aquela. O problema reside em tomar esse dado como natural e, portanto, tolerar – e até incentivar – a atividade remunerada de menores de dezesseis anos, sob a justificativa da pobreza, sem levar em conta que a exploração, além de sempre beneficiar alguém, ao invés de ser solução, é causa para a perpetuação das desigualdades sociais.

Nas regiões onde a sociedade é caracterizada pela pobreza e pela desigualdade, a incidência do trabalho infantil tende a aumentar, assim como a possibilidade de exploração deste tipo de trabalho.¹⁵ A baixa renda familiar, então, é de fato uma das causas mais evidentes para o trabalho na infância; entretanto, além de não ser exclusiva, é preciso problematizá-la e perceber que tradições e padrões sociais e econômicos estabelecidos e aceitos também são causas fundamentais.

Com o avanço dos programas de combate ao trabalho infantil, percebe-se a queda significativa do problema. Assim, pre-

conceituoso não é tentar erradicar a exploração da mão-de-obra infantil, mas naturalizar a ideologia da pobreza dessa atividade, independentemente das condições em que ela seja realizada. É dever de todos recuperar a cidadania das famílias e a capacidade dos adultos de prover os filhos e permitir-lhes ter de volta a infância, recuperando o futuro dessas crianças.

Dito isso, pode-se perceber o quão complexa é a questão do trabalho infantil e o quanto estas poucas linhas são sobremaneira insuficientes para examinar a questão. A proposta, contudo, é a reflexão. Sua solução não é simples e exige mobilização não só do Estado, mas de toda a sociedade civil.

Tem-se a favor o fato de o Estado brasileiro já reconhecer a educação como política pública fundamental no processo de formação do cidadão e no exercício da cidadania, e os direitos humanos com a dimensão ética das políticas. Esses já são importantes passos. Porém, é uma tarefa apenas iniciada e longe de ser completada enquanto prática concreta.

O movimento social em favor da infância e da juventude deve, e pode, interferir na formulação de políticas públicas e na construção de novos padrões culturais, intelectuais e políticos, que geram as perspectivas reais de se tomar a diferença e a diversidade como valores da humanidade e de preservação das conquistas humanas.

Buscar uma solução para toda a problemática que envolve a exploração do trabalho infanto-juvenil e a estrutura precária de fiscalização dos direitos das crianças e dos adolescentes não é apenas um desafio ou algo utópico – vai muito além da simples exposição do problema em si. Para que se alcancem resultados positivos, é necessário que se trabalhe, que se modifique toda a estrutura social e política que envolve a criança e o adolescente.

Considerações finais

O trabalho infantil consiste em um dos principais desafios enfrentados pelo Brasil, até mesmo em razão de sua natureza social. Governo e sociedade civil aliam-se para cumprir uma pauta de direitos humanos, alicerce de um Estado e de uma sociedade democrática que almejam a igualdade de oportunidades. A questão tem causas múltiplas e complexas, porém, em última instância, apontam para as injustas estruturas sociais, econômicas e políticas.

O governo brasileiro assumiu o compromisso de erradicar o trabalho infantil não apenas como parte de sua agenda de direitos humanos, mas também como uma das prioridades de política social. Embora ainda haja muito a fazer, as ações já realizadas têm demonstrado eficácia e foram reconhecidas pelo Unicef em relatório recente sobre a situação das crianças no mundo.

Lugar de criança não é na rua nem no trabalho, porque ambos negam e impedem o direito de crescer como criança. Lugar de criança é na escola, mas não na escola da vida, como muitos pensam, mas sim na escola do aprendizado, do conhecimento, para que haja uma interação das crianças com sua cultura, com seu povo antepassado, com o conhecimento de sua origem.

Imperativo se faz a justiça não mais fechar os olhos para uma realidade em que a dignidade de milhões de crianças brasileiras está sendo solapada pelo desrespeito aos direitos humanos fundamentais, que não lhe são reconhecidos por culpa do poder público, que infelizmente não atua de forma efetiva; por culpa da sociedade, quando se omite diante do problema; e por responsabilidade da família, que é forçada a escravizar seus filhos, em face de não ter condições de sustentá-los.

Todos devemos ter por objetivo precípuo assegurar às crianças um espaço de cidadania. Na execução dessa tarefa, é impor-

¹² Em consonância com o art. 227 da Lei Magna.

¹³ No norte de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha – onde foi feita a pesquisa –, foram ouvidas várias mães que afirmaram preferir que os filhos não trabalhassem, mas precisavam daquele dinheiro, algumas vezes, a única fonte de renda da família.

¹⁴ UNICEF, op. cit., p. 21.

¹⁵ UNICEF, 1997, p. 27.

tante que todas as nações estejam conscientes do desafio imposto, estabelecendo uma estreita cooperação com as instituições internacionais e as organizações não-governamentais, de forma que se erradique o trabalho infantil em todas as partes do mundo.

Entretanto, antes que se chegue a uma era em que não mais exista esse tipo de trabalho, é necessário compartilhar experiências e fortalecer a vontade política de todas as nações, para que se plasme um mundo melhor, onde a docilidade infantil não seja a base de uma exploração que comprometa, no ponto de partida, a realização de toda uma vida. O Brasil, neste particular, está resgatando a capacidade de escolher o futuro e de sonhar. E o sonho é retirar as crianças da rua e do trabalho.

Num mundo em que ainda imperam a miséria, a discórdia, a violência, o ser humano clama por JUSTIÇA, IGUALDADE E FRATERNIDADE! É preciso conscientizar o homem para a cidadania! É preciso ouvir a voz do povo na construção dessa verdadeira utopia! Utopia no sentido de movimentar a sociedade em prol de uma libertação, de uma conscientização, de um reconhecimento da dignidade humana. Utopia, no sentido de instrumento de mudança social e de conquistas populares.

Para que isso ocorra, é necessário o redirecionamento dos estudos jurídicos no Brasil, no sentido de libertar o direito das "amarras" criadas pelo positivismo. No sentido de "abrir os olhos" da população, em busca do justo, e não somente do que encontra-se estipulado no texto de lei, que, em sua grande maioria, é injusto e não condiz com a realidade social, além de ser hipócrita, por não atingir todas as camadas da população, deixando "de fora" uma grande parte, já tão massacrada e perseguida! Cabe aos mestres e educadores, a tarefa de desvincular o Direito da Lei, de mostrar a diferença entre eles e de ensinar que o Direito é, sobretudo justiça!

Referências bibliográficas

- ABREU, Haroldo de. *A trajetória e o significado das políticas públicas: um desafio democrático*. [s. l., s.d.]
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- . *História da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ASSUNÇÃO, Francisco B. Júnior. *Transtornos afetivos da infância e da adolescência*. [s. l.]: Lemos, 1996.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- COUTINHO, Carlos N. e NOGUEIRA, Marco A. (org.). *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- JASMIM, Marcelo Gantus. "Para uma história de legislação sobre o menor". *Revista de Psicologia*, 4 (2), jul/dez 1986, p. 81.
- RIZZINI, Irma. "A assistência à infância na passagem para o século XX — da repressão à reeducação". *Revista Fórum Educacional*, 02/90. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- UNICEF. *Situação mundial da infância*. Brasília, 1997.
- . *É possível mudar. A criança, o adolescente e a família na política social do município*. São Paulo: Malheiros, 1997.
- . "Natureza e implantação do novo direito da criança e do adolescente". In: PEREIRA, Tânia da Silva (org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: estudos sociojurídicos*. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.
- VERONESE, Josiane Rose Petry. *Papel da criança e do adolescente no contexto social: uma reflexão necessária*. S.l., 2000.